

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL**

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações

2. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 69/XII/3ª - "Aprova o recesso, por parte da República Portuguesa, ao Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), adotado, em Viena, em 8 de abril de 1979 e em vigor desde 10 de junho de 1985".

Deputado Relator Mário Magalhães (PSD);

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Para além de 2015: rumo a uma abordagem global e integrada do financiamento da erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável [COM(2013)531].

Deputada Relatora Mónica Ferro (PSD).

3. Aprovação da Ata nº 118 de 20 de novembro de 2013.

4. Outros assuntos.

---

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião informando sobre o calendário dos trabalhos tendo de seguida dado a palavra ao Sr. Deputado Mário Magalhães para apresentação do Parecer.

2. Apreciação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 69/XII/3ª - "Aprova o recesso, por parte da República Portuguesa, ao Ato Constitutivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), adotado, em Viena, em 8 de abril de 1979 e em vigor desde 10 de junho de 1985".

O Sr. Deputado Mário Magalhães (PSD) começou por referir que a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) é uma Agência



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL

Especializada das Nações Unidas que tem como objetivo principal a promoção e aceleração do desenvolvimento industrial nos países em desenvolvimento, tendo em vista contribuir para uma nova ordem económica internacional e para a redução da pobreza, bem como promover o desenvolvimento e a cooperação industriais a nível mundial, regional e nacional.

A ONUDI foi criada em 1966 e tornou-se agência especializada da ONU em 1985. Portugal é Parte na ONUDI desde a entrada em vigor do Ato Constitutivo da Organização, em 10 de junho de 1985. Esta agência tem vindo a perder relevância, sendo a sua atividade escassa o que tem sido referido em termos internacionais. A par desta perda de importância, os atuais membros têm assistido a um aumento da sua quota anual. Portugal começou por pagar cem mil euros em 1985, quando entrou, e com a saída continuada de membros o valor tem aumentado sucessivamente, até mais de quinhentos mil euros, em 2013. Atendendo ao crescimento exponencial do pagamento de contribuições e quotizações a múltiplas organizações internacionais verificado nos últimos anos, e tendo em conta as atuais restrições orçamentais, torna-se indispensável adotar medidas que visem a redução do valor global das contribuições e quotizações para organizações internacionais. Disse ainda que Portugal tem dificuldade em pagar estes valores mas pode manter a cooperação de forma voluntária como acontece com a Austrália. Pelo exposto, o Governo concluiu que Portugal se deve retirar da ONUDI, de forma a contribuir para a redução da despesa geral do Estado.

O Deputado Paulo Pisco (PS) começou por referir que, ao contrário do que é referido no Parecer, esta agência tem tido um papel importante, sendo importante destacar o âmbito e domínios em que atua. Discordou também da ideia de que Portugal poderia participar de forma voluntária nas atividades desta agência. Destacou a existência de vários projetos desenvolvidos pela ONUDI nos países de língua portuguesa e considerou que Portugal tem vindo a perder a capacidade de intervenção externa. Concluiu mencionando que o Parecer faz referência a estudos, pelo que solicitava o envio dos mesmos. Compreendia as razões de natureza financeira mencionadas mas por isso mesmo era fundamental que os estudos produzidos fossem disponibilizados.



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL

A Deputada Helena Pinto (BE) disse que embora cumprimentasse o Sr. Deputado Autor do Parecer pelo mesmo e pelo facto de ter expressado a sua opinião, queria suscitar algumas questões, desde logo o acesso aos estudos mencionados. O argumento base é o valor da quota anual. Ora no debate do Orçamento do Estado para 2014, os Deputados não tiveram acesso às verbas, ao valor das quotas pagas às organizações internacionais. O Sr. Ministro, quando questionado, disse que iria deixar esses valores à Mesa, o que não aconteceu. Quanto ao ponto 2 das conclusões do Parecer ou o Sr. Deputado o retira ou terão de aguardar pelo envio dos estudos.

O Deputado Ricardo Batista Leite (PSD) disse que na terça-feira anterior à audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, a Comissão recebeu um documento que continha esses dados, pelo que já foi dada uma resposta cabal a esta questão.

A Deputada Maria de Belém Roseira (PS) cumprimentou o Deputado autor do Parecer e disse que a este propósito queria deixar algumas notas: lembrou que Portugal aderiu à ONUDI em 1985, ano em que por coincidência decorria uma intervenção do FMI em Portugal e Ernâni Lopes ocupava o cargo de Ministro das Finanças e do Plano, mas a adesão a esta organização foi considerada estratégica em termos nacionais. Referiu ainda que era sensível à questão dos encargos e que não lhe parecia razoável que os países remanescentes numa organização suportem os encargos resultantes da perda de membros. Concluiu considerando que não se deveria votar o parecer sem os estudos que foram feitos, até porque o Governo baseia a proposta nesses estudos.

O Presidente disse que se for entendimento da Comissão que necessita destes estudos, diligenciará no sentido de estes serem remetidos à Comissão. Mencionou ainda a importância de Portugal participar nestes organismos internacionais até na qualidade de antiga potência colonizadora.

O Deputado Mário Magalhães (PSD) esclareceu que esta agência começou por ter um grande número de Estados membros mas que nos últimos anos alguns têm saído, designadamente a Austrália, o Reino Unido e os EUA. Referiu ainda que o Reino Unido desvinculou-se em simultâneo de várias organizações, considerou esta a menos

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL

relevante. A França tomou a mesma decisão este ano. Quanto à questão dos países de língua portuguesa, embora exista um número significativo de projetos, os montantes envolvidos não são muito significativos, referiu. Disse ainda que não dispôs do estudo mencionado pelo que aceita retirar o ponto 2 em que lhe é feita referência. Concluiu referindo que a situação se alterou, quer o trabalho desenvolvido por esta agência, quer a situação económica de Portugal, mas, no futuro, alterados estes pressupostos, Portugal poderá voltar a aderir, se assim o entender.

O Deputado Paulo Pisco (PS) disse que a decisão do Governo tem de ser sustentada pelo que importa perceber qual a importância para Portugal da participação neste organismo internacional. Considerou que era fundamental dispor do estudo mencionado pelo que apresentou requerimento oral no sentido de adiar a votação até à sua receção.

A Deputada Helena Pinto (BE) disse que deveria ser pedido este estudo ao Governo e a Proposta de Resolução não deveria ser votada em plenário antes de os grupos parlamentares terem acesso ao mesmo.

O Presidente submeteu a votação o requerimento do PS que foi rejeitado com 9 votos contra, 8 do PSD e 1 do CDS-PP e 7 votos a favor, 6 do PS e 1 do BE. O Parecer, com eliminação do ponto 2 das conclusões, foi aprovado por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP.

- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Para além de 2015: rumo a uma abordagem global e integrada do financiamento da erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável [COM(2013)531].

A Sr.ª Deputada Mónica Ferro (PSD) apresentou o Relatório começando por destacar que esta comunicação se insere num esforço coletivo que visa acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e preparar o quadro de referência global de cooperação para o desenvolvimento para o pós-2015. A menos de 800 dias para o fim da data estabelecida para a realização dos ODM e em fase de construção da nova agenda, a UE e os seus Estados Membros devem intensificar

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL

esforços para cumprir os compromissos em curso, incluindo um financiamento mais elevado e mais eficaz, de modo a apoiar os países em desenvolvimento. A Comunicação visa construir uma abordagem comum para a União para as questões de financiamento: como estrutura uma abordagem global, quais os recursos disponíveis e que podem ser mobilizados, quais os processos para atingir esses objetivos e que princípios devem orientar esse trabalho. Como a Comissão o reconhece, a última década suscitou a necessidade de uma nova arquitetura internacional de ajuda ao desenvolvimento. Surgiram novos atores, novos doadores não-tradicionais, doadores que são simultaneamente beneficiários e uma evolução conceptual e paradigmática que tem que ser traduzida nos compromissos internacionais assumidos e assumir para o pós-2015. A visão da União fica plasmada nesta Comunicação ao mesmo tempo que lança o debate sobre temas que só recentemente chegaram à cooperação para o desenvolvimento, tais como o envolvimento do setor privado, o controlo dos fluxos financeiros visando evitar os fluxos ilícitos e os paraísos fiscais, a revolução no sistema de recolha e utilização de dados para informar as políticas públicas, apenas para mencionar alguns.

Finalizou referindo que no cenário atual e no momento de construção da nova agenda para o pós-2015 é particularmente bem-vinda uma comunicação deste tipo. Trata-se de uma Comunicação com a qual Portugal está alinhado. No momento em que o Governo português prepara o novo conceito estratégico para a cooperação esta comunicação poderá vir ajudar a esclarecer algumas opções e a promover o debate sobre as mesmas.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que, não obstante a importância da conceptualização há uma concorrência maior em termos de cooperação que em termos europeus não está muito consolidada. Disse ainda que se aguarda pelo novo conceito da cooperação para o desenvolvimento. Rematou felicitando, em nome do grupo parlamentar do PS, a Sr.ª Deputada Mónica Ferro pelo relatório.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) cumprimentou a Sr.ª Deputada Relatora e disse que aqui estava um tema que merecia ser debatido em profundidade pela Comissão. Quanto aos ODM, considerou que estávamos perante um enorme fracasso e questionou como se conseguiu nem sequer diminuir a pobreza, quanto mais erradicar

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL

a pobreza. Considerou que era fundamental que as pessoas refletissem o que significavam os ODM e o fracasso que representaram. Disse ainda que se lembrava quando tinha sido feita a discussão do conceito estratégico de cooperação que foi amplamente debatido em 2005. Por fim, disse que nos documentos em análise estavam as pistas para uma reflexão profunda, mas estamos a 800 dias da conclusão e o balanço é muito fraco.

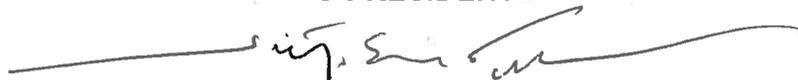
#### 3. Aprovação da Ata nº 118 de 20 de novembro de 2013.

O Sr. Deputado Paulo Pisco propôs uma alteração na ata tendo a mesma, com a alteração, sido aprovada por unanimidade registando-se a ausência do PCP.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 janeiro 2014.

**O PRESIDENTE**



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 120/XII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira  
Carlos Alberto Gonçalves  
Feliciano Barreiras Duarte  
Helena Pinto  
Jorge Rodrigues Pereira  
José Lino Ramos  
Laurentino Dias  
Maria de Belém Roseira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria José Moreno  
Maria Manuela Tender  
Mário Magalhães  
Nuno Magalhães  
Paulo Pisco  
Pedro Silva Pereira  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto  
Ângela Guerra  
António Rodrigues  
Ferro Rodrigues  
Mónica Ferro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz  
Carlos Páscoa Gonçalves

